

Mensagem nº 231

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

Os méritos do Senhor Marcos Bezerra Abbott Galvão que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de maio de 2018.

Brasília, 30 de Abril de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

2. Encaminho, anexos, informações sobre a União Europeia e *curriculum vitae* de **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso 212 - C. Civil.

Em 3 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO

CPF.: 221.191.831-04

ID.: 7333 MRE

1959 Filho de Fernando Abbott Galvão e Sônia Bezerra Galvão, nasce em 14 de janeiro de 1959, em Nova York, EUA (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1979 CPCD - IRBr
1984 CAD - IRBr
1988 Mestrado em Relações Internacionais pela American University, Washington-DC/EUA
1997 CAE - IRBr, "Globalização: arautos, cétricos e críticos. O conceito, o debate atual, alguns elementos para a política externa brasileira"

Cargos:

1980 Terceiro-secretário
1982 Segundo-secretário
1987 Primeiro-secretário, por merecimento
1994 Conselheiro, por merecimento
1999 Ministro de segunda classe, por merecimento
2006 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1980 Divisão da América Meridional-II, Assistente
1981 Departamento das Américas, Assistente
1982 Instituto Rio Branco, Professor-Assistente de História das Relações Diplomáticas do Brasil
1982 Secretaria-Geral, Assessor
1984 Missão Permanente junto à OEA, Washington, Segundo-Secretário
1987 Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
1990 Instituto Rio Branco, Professor-Assistente de Relações Internacionais
1990 Instituto Rio Branco, Orientador Profissional
1990 Presidência da República, Assessoria Diplomática, Adjunto
1992 Fundação Alexandre de Gusmão, Diretor-Geral
1993 Instituto Rio Branco, Professor de Linguagem Diplomática
1993 Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Chefe de Gabinete do Ministro
1994 Ministério da Fazenda, Assessor do Ministro
1995 Embaixada em Londres, Conselheiro
1998 Gabinete do Ministro de Estado, Subchefe e Porta-voz
1999 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira
2001 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2005 Ministério da Fazenda, Chefe de Gabinete do Ministro
2007 V Reunião (final) de Recomposição da AID-15/Banco Mundial, Berlim, Chefe de Delegação
2008 Ministério da Fazenda, Secretaria de Assuntos Internacionais, Secretário
2008 Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Brasília, Chefe de Delegação
2008 Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional

	(FMI), Roma, Chefe de Delegação
2008	Reunião de Ministros da Fazenda do G-8, Osaka, Japão, Chefe de Delegação
2008	I Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, Cancún, México, Chefe de Delegação
2008	Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul, San Miguel de Tucumán, Argentina, Chefe de Delegação
2008	Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Rio de Janeiro, Chefe de Delegação
2008	Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, Cidade do México, Chefe de Delegação
2009	Reuniões (4) de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Londres, Horsham e St. Andrews, Reino Unido, e Basileia, Suíça, Chefe de Delegação
2009	Reunião Extraordinária dos Ministros Ibero-Americanos das Finanças, Porto, Portugal, Chefe de Delegação
2009	Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, Washington, Chefe de Delegação
2009	I Reunião de Ministros das Finanças da CPLP, Lisboa, Chefe de Delegação
2009	II Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, Viña del Mar, Chile, Chefe de Delegação
2009	Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul, Assunção, Chefe de Delegação
2009	Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI), Cairo, Chefe de Delegação
2010	Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, Washington, Chefe de Delegação
2010	Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Incheon, Coreia, Chefe de Delegação
2010	Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI), Paris, Chefe de Delegação
2010	Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, Paris, Chefe de Delegação
2010	III Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, Lima, Chefe de Delegação
2010	Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Gwangju, Coreia, Chefe de Delegação
2010	I Reunião da Subcomissão Econômico-Financeira Brasil-China, Pequim, Chefe de Delegação
2010	I Diálogo Econômico-Financeiro Brasil-EUA, Washington, Chefe de Delegação
2010	Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, Gyeongju, Coreia, Chefe de Delegação
2011	Embaixada em Tóquio, Embaixador
2013-16	Delegação Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a Outras Organizações Econômicas, Delegado Permanente
2014	LIV Sessão da Assembleia Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Chefe de Delegação
2015	LV Sessão da Assembleia Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Chefe de Delegação
2015	X Conferência Ministerial da OMC, Nairobi, Chefe de Delegação
2016	Secretário-Geral das Relações Exteriores
	Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores nas ausências do titular
2017	XXIX Reunião de Consultas de Ministros das Relações Exteriores da OEA, continuação, Cancún, 2017 (Chefe de Delegação)
2017	XLVII Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, Cancún (Chefe de

- 2017 Delegação)
44a Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha, Porto Alegre (Chefe de Delegação)
- 2018 Foro CELAC-China - II Reunião de Ministros de Relações Exteriores, Santiago (Chefe de Delegação)
- 2018 IV Reunião do Grupo de Lima, Santiago, 2018 (Chefe de Delegação)

Condecorações:

- 1981 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Cavaleiro
- 1983 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
- 1999 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
- 1999 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
- 2000 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
- 2000 Ordem do Mérito Brasília, Brasil, Grande Oficial
- 2011 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
- 2011 Grande Medalha do Mérito Presidente Juscelino Kubitschek, Estado de Minas Gerais, Brasil
- Ordem do Sol Nascente, Japão, Grande Cordão
- Ordem do Infante Dom Henrique, Cavaleiro, Portugal.

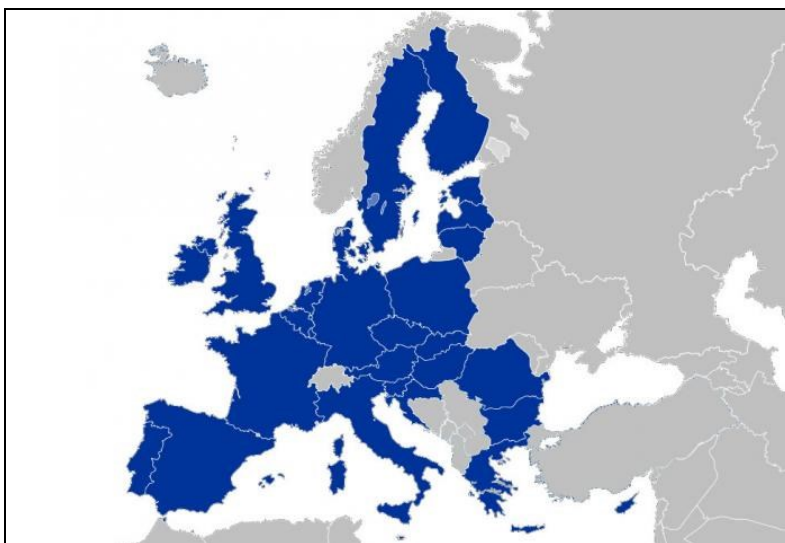
Publicações:

- 1993 Realismo de Cada Um: interdependência e relações políticas entre Estados no mundo pós-guerra fria, in Estudos Históricos, vol. 6, n. 12
- 1998 Globalização: arautos, céticos e críticos, in Política Externa, vol. 6, n. 4 e vol. 7, n. 1
- 2010 Brazil, Russia, India and China: Brand BRIC Brings Chance, in The World Today (August 2010, Number 3).
- 2011 O G-20 e a transformação da governança internacional: anotações pontuais de um participante, in Política Externa, vol. 20, n. 3

CLAUDIA KIMIKO ISHITANI CHRISTÓFOLO
Diretora, Substituta, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

UNIÃO EUROPEIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2018

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	União Europeia
PAÍSES MEMBROS:	28 (Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido*, República Tcheca, Romênia, Suécia). *Em processo de retirada do bloco.
PAÍSES CANDIDATOS:	Albânia, Macedônia, Montenegro, Sérvia, Turquia.
FUNDAÇÃO:	1957 (Comunidade Econômica Europeia).
SEDES:	Bruxelas (Conselho Europeu; Conselho da União Europeia; Comissão Europeia; Parlamento Europeu); Estrasburgo e Luxemburgo (Parlamento Europeu).
ÁREA:	4,238,213 km ²
POPULAÇÃO:	511,522 milhões (2017, est.)
LÍNGUAS OFICIAIS:	Alemão, búlgaro, checo, croata, dinamarquês, eslovaco, esloveno, espanhol, estônio, finlandês, francês, grego, neerlandês, húngaro, inglês, irlandês, italiano, letão, lituano, maltês, polaco, português, romeno e sueco.
PRINCIPAIS ÓRGÃOS:	Conselho Europeu (Chefes de Estado e de Governo); Conselho da União Europeia (ministros nacionais); Comissão Europeia; Parlamento Europeu.
PRINCIPAIS CHEFIAS:	Donald Tusk, presidente do Conselho Europeu; Jean-Claude Juncker, presidente da Comissão Europeia; Antonio Tajani, presidente do Parlamento Europeu.
ALTA REPRESENTANTE PARA RELAÇÕES EXTERIORES E POLÍTICA DE SEGURANÇA:	Federica Mogherini
PRESIDÊNCIA DE TURNO DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA:	Bulgária (até 30/6/2018)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2016):	US\$ 16,491 trilhões (2016)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP):	US\$ 20,255 trilhões (2016)
PIB <i>PER CAPITA</i>:	US\$ 32, 249 (2016)
PIB PPP <i>PER CAPITA</i>:	US\$ 39.610 (2016)

VARIAÇÃO DO PIB:	2,0% (2016); 2,3% (2015); 1,7% (2014); 0,3% (2013); - 0.4% (2012); 1,7% (2011).
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	80,6 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	7,8% (Eurostat)
UNIDADE MONETÁRIA:	euro
REPRESENTAÇÃO NO BRASIL:	Delegação da União Europeia no Brasil. Chefe: Embaixador João Gomes Cravinho (desde 2015).

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-UNIÃO EUROPEIA (fonte: MDIC, mar/2018)									
Brasil → UE (US\$ bilhões)	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	30,98	31,94	45,37	67,31	63,43	99,63	98,52	70,6	66,97
Exportações	15,53	18,87	27,13	40,57	34,19	53,17	47,77	33,95	34,9
Importações	15,45	13,07	18,24	26,74	29,24	46,46	50,75	36,65	32,07
Saldo	0,08	5,8	8,89	13,82	4,95	6,71	-2,98	- 2,7	2,83

Informação elaborada em 26 de abril de 2018, pelos secretários Camilla Corá e Guilherme Fernando Rennó Kisteumacher. Revisada em 27/4/2018, pela conselheira Viviane Rios Balbino.

APRESENTAÇÃO

A União Europeia (UE) é uma união política e econômica formada de 28 estados membros. Sua área é de 4,475,757 km² e sua população é estimada em 511,8 milhões de habitantes.

A União Europeia é considerada entidade de caráter supranacional. Os estados membros da UE são nações soberanas, mas partilham sua soberania em certas áreas. Tal partilha significa, na prática, a delegação de competências a instituições comuns, de modo a assegurar que decisões sobre assuntos considerados do interesse coletivo possam ser tomadas em nível europeu.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Donald Tusk
Presidente do Conselho Europeu



Nasceu em Gdańsk, Polônia, em 1957. Graduiu-se em História pela Universidade de Varsóvia em 1980. Na universidade, ajudou a fundar o Comitê Estudantil do Solidarność e, mais tarde, a União Independente dos Estudantes, diretamente afiliada àquele sindicato. Fundou o partido Congresso Liberal Democrática (KLD) em 1991. Foi eleito Senador em 1997. Tornou-se líder da oposição na Câmara Baixa em 2001. Derrotado nas eleições presidenciais de 2005, saiu vitorioso das eleições legislativas dois anos depois. Em 2007, tomou posse como primeiro-ministro. Foi o mais longo primeiro-ministro da história da III República Polonesa (1990-2014). Como chefe de governo polonês, atribuiu prioridade à plena inserção na União Europeia. Assumiu o posto de presidente do Conselho Europeu em dezembro de 2014. Foi reeleito em 9/3/2016 para mandato de 30 meses.

Jean-Claude Juncker
Presidente da Comissão Europeia



Nasceu em 1954, em Redange-sur-Attert, Luxemburgo. Graduiu-se em Direito na Universidade de Estrasburgo. Exerceu diversos cargos públicos durante sua vida: em 1982, foi nomeado vice-ministro do Trabalho de Luxemburgo; em 1984, foi designado ministro do Trabalho; em 1989, ministro das Finanças; e foi primeiro-ministro de Luxemburgo entre 1995 e 2013; entre 2005 e 2013, foi presidente do Eurogrupo, instituição europeia que reúne os ministros da Economia e Finanças dos Estados-Membros da

Zona do Euro, o presidente do Banco Central Europeu e o comissário Europeu de Assuntos Econômicos e Monetários. Em 27 de junho de 2014, foi eleito presidente da Comissão Europeia, empossado em 1º de novembro de 2014. Em fevereiro de 2017, Juncker anunciou que não concorreria à reeleição para o cargo de presidente da Comissão Europeia. Seu atual mandato termina em novembro de 2019.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil foi um dos primeiros países e o primeiro país latino-americano a estabelecer relações diplomáticas com a União Europeia (então Comunidade Econômica Europeia), em 1960. Desde então, o relacionamento bilateral passou por diversas mudanças, mas sempre manteve elevada importância no quadro da política externa brasileira.

As relações bilaterais foram impulsionadas pela assinatura, em setembro de 1980, do Acordo-Quadro de Cooperação, com foco no aprofundamento da cooperação econômica e comercial. Em junho de 1992, o marco normativo das relações bilaterais foi atualizado com a assinatura de novo Acordo-Quadro de Cooperação (em vigor desde 1995), o qual prevê o reforço da cooperação econômico-comercial entre o Brasil e a União Europeia e amplia o alcance do acordo anterior ao abranger temas como investimentos, transportes, ciência e tecnologia, meio ambiente, energia, turismo, entre outros. Em 2004, a intensa agenda de cooperação científica e tecnológica ensejou a assinatura de acordo específico sobre o tema.

Em maio de 2007, a União Europeia propôs ao Brasil a elevação do relacionamento bilateral ao patamar de Parceria Estratégica. A decisão foi formalizada nos termos da Declaração Conjunta divulgada por ocasião da I Reunião de Cúpula Brasil-UE (Lisboa, 4 de julho de 2007). Com a assinatura da Parceria Estratégica, as relações bilaterais, tradicionalmente densas do ponto de vista econômico e comercial, foram enriquecidas em sua vertente política e atingiram novo patamar, ampliando oportunidades de diálogo sobre desafios globais e oportunidades de interesse mútuo. Além do Brasil, são parceiros estratégicos da UE os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, a China, a Rússia, a Índia, a África do Sul, o México e a Coreia do Sul.

O relacionamento em nível estratégico pressupõe interlocução intensa e consultas sistemáticas, o que se dá por meio de uma série de encontros entre representantes do governo brasileiro e das instâncias comunitárias. Além das Cúpulas anuais, em nível presidencial, há reuniões regulares entre altos funcionários (com destaque para a Reunião em Nível de Altos Funcionários e

a Reunião do Diálogo Político de Alto Nível), assim como entre especialistas e técnicos.

No âmbito da Parceria Estratégica, também foram estabelecidos mecanismos de interlocução, denominados Diálogos Setoriais, nos quais são realizadas reuniões periódicas de avaliação da cooperação bilateral. Dada a diversidade de temas que integram a Parceria Estratégica, há mais de 30 diálogos setoriais em andamento. A Comissão Mista bilateral, cuja XVII Reunião foi realizada em setembro de 2017, exerce o papel de coordenação dessa ampla agenda temática. São realizados, ainda, encontros regulares entre representantes das sociedades civis e do empresariado.

De modo a auxiliar as atividades desenvolvidas na Parceria Estratégica Brasil-União Europeia, é conduzida, desde 2008, a Iniciativa de Apoio aos Diálogos Setoriais com o intuito de fornecer meios para a efetivação dos diálogos setoriais entre o governo brasileiro e as direções gerais da Comissão Europeia e conta com contribuição financeira da UE e contrapartida não financeira do Brasil. A 10ª Convocatória de projetos teve início em janeiro de 2018.

No plano político, Brasil e UE reconhecem-se como atores de um sistema internacional multipolar e em transformação. Compartilham, ademais, o compromisso de fortalecer o multilateralismo: entendem ser esse o mecanismo mais eficaz para viabilizar a paz e a cooperação, em âmbito mundial.

As relações econômico-comerciais também são de imensa relevância para ambos os lados: tomada em seu conjunto, a UE é hoje o segundo maior parceiro comercial do Brasil, e, para a UE, o Brasil é o 10º parceiro comercial extrarregional europeu. Além disso, a UE detém um dos mais importantes estoques de investimentos no Brasil, ao passo que o país se transformou em importante fonte de investimentos diretos estrangeiros na UE. As dinâmicas relações econômicas têm enorme potencial de expansão: além das perspectivas de incremento do comércio, sobretudo com a expectativa de conclusão das negociações de acordo comercial entre Mercosul e UE, espera-se que os investimentos recíprocos sigam em rota de expansão.

Por fim, destaca-se que a agenda de cooperação é igualmente intensa. Na área de ciência e tecnologia, Brasil e UE cooperam de maneira próxima em pesquisas e investimentos conjuntos em áreas como os biocombustíveis e a tecnologia da informação. Como sede de importantes centros de pesquisa, a UE é parceira fundamental em projetos de tecnologia e inovação, os quais poderão contribuir para um salto qualitativo no desenvolvimento brasileiro.

POLÍTICA INTERNA

Conforme o Tratado de Lisboa, as instituições da UE são o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu, o Conselho da União Europeia (Conselho de Ministros), a Comissão Europeia, o Tribunal de Justiça da UE, o Banco Central Europeu e o Tribunal de Contas.

Parlamento Europeu

Eleitos por sufrágio universal para mandato de cinco anos, os deputados do Parlamento Europeu (PE) representam os cidadãos da UE. Juntamente com o Conselho, o PE é uma das principais instituições da UE com poderes legislativos, em processo conhecido como “codecisão”. O PE exerce, ainda, influência sobre outras instituições europeias, notadamente a Comissão Europeia, cujos 28 membros (um por cada país da UE) devem obter a aprovação do PE antes de ser nomeados pelo Conselho Europeu.

O PE é composto atualmente por 751 deputados, eleitos nos 28 Estados-Membros da UE. As eleições baseiam-se na representação proporcional. Os assentos são distribuídos com base na população de cada Estado-Membro. Os membros do PE agrupam-se em função das suas afinidades políticas, e não por nacionalidade.

Os parlamentares estão divididos em oito grupos políticos, por sua vez divididos por famílias ideológicas. Os deputados têm assento em grupos políticos, podendo pertencer a somente um. Alguns deputados não pertencem a nenhum grupo político e, nesse caso, fazem parte dos Não Inscritos. Os 8 grupos políticos são: Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) (PPE); Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu (S&D); Conservadores e Reformistas Europeus (ECR); Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa (ALDE); Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (GUE/NGL); Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia (GREENS/EFA); Grupo Europa da Liberdade e da Democracia Direta (EFDD); e Grupo Europa das Nações e da Liberdade (ENF). O maior grupo atualmente é o PPE, de centro-direita, seguido da S&D, de centro-esquerda.

Através das suas delegações, o PE contribui para representar a UE no exterior. A Delegação para as Relações com o Brasil (D-BR) foi criada em 7 de julho de 2014 e tem como objetivo principal o acompanhamento da Parceria Estratégica UE-Brasil. Neste contexto, a delegação deverá desenvolver as relações entre os seus Membros e os seus parceiros no Congresso Brasileiro. Cada ano os Membros da Delegação deverão visitar e receber visitas dos seus homólogos do Congresso Brasileiro. Em 9/2/2017, em

Bruxelas, o deputado Fernando Ruas (PPE - Portugal) foi eleito Presidente da Delegação D-BR para a segunda metade da legislatura.

Conselho Europeu

O Conselho Europeu é a instância na qual os Chefes de Estado ou de Governo da UE tomam decisões sobre as prioridades políticas e iniciativas do bloco. O Conselho, que não possui poderes legislativos, define a direção e as prioridades políticas gerais e resolve questões que, pela complexidade ou sensibilidade, não possam ser resolvidas em nível inferior.

Conselho da União Europeia/Conselho de Ministros

No âmbito do Conselho da UE (ou Conselho de Ministros), os ministros de cada estado membro, nas áreas de competência e nas respectivas pastas, encontram-se para adotarem legislação e assegurarem a coordenação das políticas da UE. O Conselho e o Parlamento partilham a tarefa de aprovação de nova legislação da UE, proposta pela Comissão. O Conselho assina acordos em nome da UE e decide anualmente sobre o orçamento da UE, juntamente com o Parlamento. Constitui, ainda, a principal instância onde se desenvolve a política externa e de segurança comum (PESC).

Comissão Europeia

A Comissão Europeia tem o chamado “direito de iniciativa”, podendo propor leis sobre matérias que não possam ser tratadas ao nível nacional, regional ou local (princípio da subsidiariedade). Enquanto “guardião dos Tratados”, a Comissão verifica se os estados membros aplicam corretamente a legislação da UE. A Comissão representa, ainda, a UE em organismos internacionais, bem como negocia acordos internacionais em nome do bloco.

Tribunal de Justiça da União Europeia

O Tribunal de Justiça interpreta o direito da UE e resolve os litígios entre os governos nacionais e as instituições europeias. Particulares, empresas e organizações podem recorrer ao Tribunal se considerarem que seus direitos foram infringidos por alguma instituição europeia. O Tribunal de Justiça da UE é composto por um juiz de cada Estado- Membro.

Banco Central Europeu (BCE)

O BCE é responsável pela gestão do euro, a moeda única europeia, bem como por assegurar a estabilidade dos preços na UE. O BCE é igualmente responsável pela definição e execução da política económica e monetária da UE. O BCE trabalha com os bancos centrais dos 28 Estados-membros, que formam o Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), além de coordenar a colaboração entre os bancos centrais da zona do euro.

Tribunal de Contas Europeu

O Tribunal de Contas Europeu controla as finanças da UE. Sua função é melhorar a gestão financeira da UE e verificar como é usado o dinheiro público. O Tribunal foi criado em 1975, com sede em Luxemburgo.

Competências

A política interna (e externa) da União Europeia se desenvolve à luz da singular divisão de competências entre os estados membros e os órgãos comunitários. A UE só dispõe das competências que lhe são expressamente atribuídas pelos estados membros, que são divididas em exclusivas, partilhadas e de apoio.

Nas matérias de competência exclusiva da UE, o primado dos órgãos comunitários é, em geral, absoluto. Atualmente, somente a UE legisla no que diz respeito à união aduaneira, à política comercial comum, às regras de concorrência necessárias ao funcionamento do mercado interno, à política monetária na área do euro e à conservação dos recursos biológicos do mar.

Nas áreas de competência compartilhada, a UE atua, em tese, quando oferece valor adicionado à ação dos estados membros. Atualmente, há competência compartilhada no que tange ao mercado interno, à política social, à agricultura e à pesca, à defesa do consumidor, ao ambiente, aos transportes, à energia e ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça. Em caso de conflito sobre a distribuição dessas competências, aplica-se o princípio do primado do direito comunitário, segundo o qual as normas dos estados membros não podem contrariar as da UE.

Nos assuntos em que tem competência de apoio, a UE atua com base no princípio da subsidiariedade e apenas complementa ou coordena a ação dos estados membros. Trata-se, em geral, de questões relacionadas à identidade nacional, tais como cultura e educação, esportes, saúde, turismo, proteção civil e indústria, sobre as quais o Conselho da UE toma suas decisões por unanimidade. Nessas áreas, salvo mandato específico, os órgãos comunitários somente emitem recomendações.

Saída do Reino Unido

Em referendo realizado em 23/6/2016, com participação de 72.2% do eleitorado, 51.9% dos participantes votaram a favor da saída do Reino Unido da UE. Em 29/3/2017, o governo do Reino Unido invocou o artigo 50 do Tratado da União Europeia, que disciplina a retirada de um membro da UE. A data para a retirada do Reino Unido da UE é prevista para a meia noite do dia 30 de março de 2019.

Em dezembro de 2017, o Conselho Europeu autorizou o início das negociações da segunda fase do “Brexit”, o que abriu caminho para as negociações sobre período de transição (período de 21 meses até o final de 2020, durante o qual o Reino Unido permanecerá parte da união aduaneira e do mercado único, respeitando as normas comunitárias, mas deixará de participar das instituições da UE e do processo de tomada de decisão dos órgãos do bloco) e sobre a estrutura da relação futura entre a UE e o Reino Unido.

O Conselho Europeu aprovou, em 23/3/18, diretrizes para a negociação das relações futuras entre o Reino Unido e a UE. Na ocasião, os líderes do bloco saudaram acordos alcançados até o momento a respeito dos direitos dos cidadãos de ambas as partes e do ajuste financeiro (“Brexit bill”). Saudaram, ainda, o compromisso assumido por escrito pela primeira-ministra do Reino Unido, Theresa May, de que a Irlanda do Norte manterá alinhamento regulatório com a UE caso não se alcance outra solução que evite o restabelecimento de fronteira física na ilha.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa e de segurança da União Europeia, criada pelo Tratado de Maastricht (1992) e fortalecida a partir do Tratado de Lisboa (2007), permite à UE maior grau de ação conjunta e coordenada sobre questões regionais e internacionais para as quais os estados membros concederem mandato. Embora as características dessa política sejam essencialmente intergovernamentais, esse instrumento demonstra o desejo de constituir posicionamento externo único para a região, concedendo maior coerência às posições adotadas no âmbito internacional e ampliando a influência internacional dos países membros.

A capacidade de interlocução externa do bloco foi reforçada após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em dezembro de 2009, o qual prevê a criação do cargo de Alto Representante da UE para Política Externa e Segurança e do Serviço Europeu de Ação Exterior (SEAE). O SEAE, que funciona como o serviço diplomático do bloco, foi criado em 2010.

A construção de parcerias estratégicas com os países de maior destaque no sistema internacional tem sido priorizada pela UE. Dez países foram considerados estratégicos: Estados Unidos, Japão, Canadá, Coreia do Sul, Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e México. Em relação aos países emergentes, a Alta Representante realizou périplo por China, Índia e Rússia, em abril de 2017. Em junho do mesmo ano, realizou-se, em Bruxelas, a XIX Cúpula UE-China.

Em suas relações com os Estados Unidos, a UE tem ressaltado os benefícios do sistema multilateral vigente e da manutenção da ordem baseada no direito internacional. A respeito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a UE reconhece a necessidade de aperfeiçoar modalidades dessa cooperação, mas defende que os parceiros discutam todas as questões com vistas a fortalecer a solidariedade transatlântica.

Relações com outras organizações e agrupamentos internacionais

A União Europeia participa, como bloco, na condição de observador, das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do G10. Como membro pleno, o bloco participa da Organização Mundial do Comércio (OMC), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), do G8, do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento e da Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear.

Política Comum de Segurança e Defesa

A UE tem ganhado relevância como ator da paz e da segurança internacionais e hoje dispõe de 17 missões da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) no exterior. O Conselho de Relações Exteriores do bloco estabeleceu, em março, a Capacidade de Planejamento Militar e Conduta (MPCC), sob a chefia do General Esa Pulkkinen. O MPCC ficará encarregado de planejar e conduzir as missões militares “não executivas” da UE, hoje existentes no Mali, na Somália e na República Centro-Africana, que se ocupam, sobretudo de treinamento.

Em dezembro de 2017, o Conselho da União Europeia (em composição de ministros de Relações Exteriores) adotou a decisão necessária para pôr em funcionamento a Cooperação Estruturada Permanente (PESCO) no setor de defesa e segurança, prevista no Tratado de Lisboa (2009) e divulgou os primeiros 17 projetos que deverão ser objeto da cooperação entre 25 dos 28 países do bloco (não incluem Dinamarca, Malta e Reino Unido). No dia seguinte, o Conselho da UE (em composição de ministros da Defesa) adotou posição relativa ao Programa Europeu de Defesa de Desenvolvimento Industrial, que objetiva a melhor integração da indústria europeia de defesa e constitui outro elemento, ao lado da PESCO, dos esforços de promoção da defesa pelas instituições comunitárias.

Estimativa do Eurostat, publicada em 14 de fevereiro corrente, indica que o PIB da União Europeia (UE-28) e o da Zona do Euro (ZE-19) cresceram 0,6% no quarto trimestre de 2017. O índice representa ligeiro recuo no ritmo de expansão relativo ao valor de 0,7% registrado no trimestre anterior. Trata-se do 19º trimestre de crescimento consecutivo na região. Em termos anualizados, os PIBs da UE-28 e da ZE-19 cresceram 2,6% e 2,7%, respectivamente, após expansão de 2,5% no trimestre anterior. O Presidente do Conselho de Governo do Banco Central Europeu, Mario Draghi, afirmou, durante a reunião de janeiro de 2018, que a taxa de crescimento registrada no último semestre de 2017 superou as expectativas do Banco.

A recuperação da economia europeia tem sido atribuída ao expansionismo do BCE na ZE. Em grande medida, considera-se que o programa de “quantitative easing” (QE) é o principal responsável pelo duradouro ciclo de crescimento por que passa a economia da região. O referido programa deverá ser mantido, no mínimo, até setembro do corrente, ainda que com compras mensais reduzidas a partir de janeiro, de EUR 60 bilhões para EUR 30 bilhões em 2018. As taxas de juros extremamente baixas, bem como a manutenção de medidas não convencionais, têm favorecido a expansão do crédito na ZE e permitiram o recuo no endividamento privado. Contribuiu igualmente para o crescimento econômico da região o ambiente externo favorável, fator determinante para a recuperação do setor de exportação europeu. Segundo o Conselho de Governo do BCE, a retomada econômica europeia apresenta características equilibradas. A tendência seria de manutenção de crescimento, e os principais riscos ao ciclo positivo estariam relacionados à economia global.

Manteve-se tendência decrescente no desemprego na região durante o último trimestre de 2017. Os índices registrados em dezembro alcançaram, na ZE-19, o nível de 8,7%, o mais baixo desde janeiro de 2009, e, na UE-28, a marca de 7,4%, o menor desde novembro de 2008. Ainda que o desemprego tenha apresentado queda em todos os países da região, com exceção da Finlândia, onde se manteve estável, persiste marcante desequilíbrio entre os índices registrados nos países que compõem o bloco. Na República Tcheca, o desemprego alcançou marca de 2,7%, enquanto, na Grécia, o nível registrado foi de 20,6%.

O processo de consolidação das finanças públicas da região segue avançando, ainda que em ritmo mais lento que em períodos anteriores. Relatório do Eurostat publicado em janeiro último registra que os índices da dívida pública em proporção ao PIB recuaram no terceiro trimestre de 2017 (último dado disponível). Na zona do euro, registrou-se índice de 88,1%, comparado com 89% no segundo semestre, enquanto, nos países da UE, registrou-se recuo de 83,3% para 82,5%.

As taxas de inflação anual na ZE-19 e na UE-28 apresentaram ligeira queda com relação às médias aferidas em trimestres anteriores. Após alcançar a marca de 2,0% em princípios de 2017, o índice inflacionário apresentou queda gradual no decorrer do ano. A estimativa da inflação na ZE-19 para dezembro de 2017 foi de 1,4%, após registro de 1,5% no mês anterior, enquanto, na UE-28, os índices registrados foram 1,7%, em dezembro, e 1,8%, no mês anterior. Apesar do recuo no último período, o risco de deflação parece ter sido afastado. Contudo, a inflação de base, que exclui preços voláteis, como alimentos e energia, continua aquém da meta traçada pelo BCE (abaixo, mas próximo de 2%), girando em torno de 1%. A dificuldade em alcançar a marca supracitada tem sido a principal justificativa apresentada pelo BCE para a manutenção do programa de QE da instituição até, pelo menos, setembro de 2018, conforme afirmou Draghi, após a reunião de janeiro do BCE.

Comércio exterior

Em 2017, o intercâmbio comercial do Brasil com a União Europeia somou US\$ 67 bilhões, participação de 18% sobre o intercâmbio global do país e expansão de 4% em relação à cifra do ano anterior. O crescimento das transações com a União Europeia inseriu-se em um contexto de expansão generalizada do comércio exterior brasileiro, que vivenciou incremento de 14% em relação à cifra de 2016, tendo por pano de fundo a recuperação do nível de atividade da economia brasileira. Para efeito de comparação, o intercâmbio com a China somou US\$ 75 bilhões (participação de 20,3% no total) ao passo que o comércio com os Estados Unidos equivaleu a US\$ 51,7 bilhões; 14% do total.

Os produtos básicos representaram 47% do total das exportações para a União Europeia ao passo que, da perspectiva da demanda, os manufaturados equivaleram a 95% das importações originárias do bloco europeu. As exportações de produtos do agronegócio à União Europeia atingiram US\$ 16,9 bilhões. A China continuou mantendo a posição de principal destino para o agronegócio brasileiro, tendo as exportações para o país asiático atingido US\$ 26,6 bilhões. Assim, a União Europeia manteve a segunda posição entre os principais destinos para o agronegócio do país.

Desde 2015, o resultado das trocas comerciais tem sido favorável ao Brasil. Em 2016, o saldo positivo brasileiro em transações com o bloco europeu foi de US\$ 2,3 bilhões. Já no ano passado, esse superávit cresceu 23%, somando US\$ 2,8 bilhões.

As exportações brasileiras para a União Europeia cresceram 5% em 2017, totalizando US\$ 34,9 bilhões (16% do total das vendas externas brasileiras). No mesmo ano, a China adquiriu 22% do total da oferta brasileira de bens e, aos Estados Unidos, foram direcionados 12%. Foram os seguintes os seis principais grupos de produtos exportados para o bloco europeu: minérios (US\$ 4,2 bilhões; participação de mercado da ordem de 12,0% sobre o total); farelo de soja (US\$ 2,7 bilhões; 7,8%); café (US\$ 2,6 bilhões; 7,3%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (US\$ 2,4 bilhões; 6,7%); ferro e aço (US\$ 2,3 bilhões; 6,7%); soja em grãos (US\$ 2,0 bilhões; 5,8%).

Em 2017, as importações brasileiras originárias da União Europeia aumentaram 3%, atingindo US\$ 32,1 bilhões (participação de 21% no total da demanda nacional por bens). Os seis principais grupos de produtos adquiridos pelo Brasil do bloco europeu foram: máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (US\$ 5,8 bilhões ou 18,1% do total); produtos farmacêuticos (US\$ 3,5 bilhões; 11,0%); combustíveis (US\$ 2,6 bilhões; 8,0%); máquinas, aparelhos e instrumentos elétricos ou eletrônicos (US\$ 2,4 bilhões; 7,5%); produtos químicos orgânicos (US\$ 2,3 bilhões; 7,1%); veículos automotores (US\$ 2,2 bilhões; 7,0%). A União Europeia assume posição singular no contexto da demanda brasileira de importantes itens de maior valor agregado, como é o caso, por exemplo, dos produtos farmacêuticos.

Investimentos

A União Europeia é a região do mundo que mais investe no Brasil, tanto em termos de estoque quanto em termos de fluxo, segundo dados do Banco Central do Brasil. O estoque de investimento da União Europeia somou, em 2015 (último dado disponível), US\$ 175,6 bilhões. A região responde por quase a metade (48,4%) de todo o investimento externo em solo brasileiro.

Dos 40 maiores investidores no Brasil em 2017, 16 são países da União Europeia e registraram US\$ 28,7 bilhões em investimentos, o que corresponde a 47,5% do total de inversões recebidas pelo Brasil naquele ano. Os principais investidores foram (em ordem de montante investido): Países Baixos, Luxemburgo, Alemanha, França e Espanha.

Os investimentos europeus no Brasil são de grande tradição histórica e de importante caráter estratégico. Empresas europeias atuam em setores intensivos em tecnologia e pesquisa no Brasil, com elevado grau de conteúdo local. Entre 2005 e 2017, os setores que mais concentraram investimentos produtivos europeus no Brasil foram manufatura (52,6%), TIC e infraestrutura de internet (16,5%), serviços de negócios (9,6%), indicando que o IED europeu está fortemente ligado a setores de alto valor agregado.

A crise da Zona do Euro, que se iniciou em fins de 2009, contribuiu para que as empresas europeias voltassem seus olhos para o Brasil em busca de oportunidades de investimentos.

Os países europeus são importantes parceiros para o programa de investimentos, o "Avançar Parcerias", que abrange concessões e privatizações de estradas, ferrovias, portos, aeroportos, bacias de petróleo e gás, áreas de mineração, loterias, companhias de distribuição de água e de energia elétrica. Empresas da Alemanha, Espanha, França e Portugal já investem em projetos do portfólio do referido programa e empresários europeus continuam a apresentar ofertas nos leilões e buscado mais informações sobre os projetos junto ao governo brasileiro. Ademais, diversos eventos de divulgação do programa foram realizados em países da UE.

A UE também é uma das regiões que mais atraem os investimentos do Brasil. Em 2015, o estoque de investimentos brasileiros em países da União Europeia somou US\$ 118,6 bilhões, o equivalente a 45,7% das inversões brasileiras no exterior. Em termos de fluxo, 10 países da UE constam entre os 40 principais destinos dos investimentos brasileiros em 2017, com inversões estimadas em US\$ 6,4 bilhões.

Os dados de investimentos compilados pela Eurostat, órgão da Comissão Europeia responsável pelas informações estatísticas da União Europeia, diferem em termos de quantidade daqueles divulgados pelo Banco Central do Brasil, mas refletem a mesma realidade: a pujança do relacionamento na área de investimentos.

Com relação ao estoque de investimentos, o Brasil é o terceiro destino fora da UE (atrás apenas dos EUA e Suíça), com investimentos estimados em 373 bilhões de euros (4,9% do total dos IEDs europeus), em 2016, e o Brasil é o país latino-americano que mais investe no bloco europeu, com estoque de investimentos no valor de 97 bilhões de euros.

Em termos de fluxo, ainda segundo dados da Eurostat, o Brasil foi o principal beneficiário dos investimentos diretos da UE em 2016 (33 bilhões de euros), à frente da Suíça (21 bilhões de euros) e de centros financeiros 'offshore' (14 bilhões de euros).

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1949	Criação do Conselho da Europa.
1950	Discurso de Robert Schuman propondo que França e Alemanha combinassem seus recursos de carvão e de aço.
1951	Seis países –França, Alemanha, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo - instituem a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), cujo tratado constitutivo entraria em vigor em 1952.
1955	Decisão dos Chanceleres dos seis países de estender a integração a toda a economia.
1957	Assinatura, em Roma, dos Tratados que instituem a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom), que entrariam em vigor em 1º de janeiro de 1958.
1965	Assinado tratado de fusão dos executivos das três comunidades e que cria um Conselho e uma Comissão únicos. Entraria em vigor em 1º de julho de 1967.
1968	Eliminação completa, com 18 meses de avanço sobre o previsto, dos direitos aduaneiros intracomunitários sobre os produtos industriais. Entra em vigor uma Pauta Aduaneira Comum.
1972	São assinados em Bruxelas os tratados de adesão da Dinamarca, da Irlanda, da Noruega e do Reino Unido às Comunidades Europeias.
1973	A Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido aderem às Comunidades Europeias, que passam a ter nove estados membros.
1974	Na Cimeira de Paris, os líderes políticos dos Nove decidem reunir-se regularmente em Conselho Europeu três vezes por ano. Estabelecem-se eleições diretas para o Parlamento Europeu, e cria-se o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.
1975	É assinado tratado que reforça os poderes orçamentais do Parlamento Europeu e cria o Tribunal de Contas Europeu (entrada em vigor em 1 de junho de 1977).

1978	Na Cimeira de Bremen, a França e a República Federal da Alemanha propõem relançamento da cooperação monetária através da criação de um Sistema Monetário Europeu (SME), que começa a funcionar em 13 de março de 1979.
1979	É assinado o tratado de adesão da Grécia às Comunidades Europeias. São realizadas as primeiras eleições diretas dos 410 deputados do Parlamento Europeu.
1981	Entrada da Grécia nas Comunidades Europeias, que passam a contar 10 estados membros.
1985	Assinatura dos Tratados de adesão da Espanha e de Portugal às Comunidades Europeias. No Conselho Europeu de Luxemburgo, os Dez acordam em rever o Tratado de Roma e relançar a integração europeia, através do “Ato Único Europeu”, que abre caminho à realização plena do mercado interno até 1993.
1986	Espanha e Portugal aderem às Comunidades Europeias, que passam a contar 12 estados membros. É assinado, em Luxemburgo e na Haia, o Ato Único Europeu, que entraria em vigor em 1 de julho de 1987.
1990	É assinado o Acordo de Schengen, que visa a suprimir os controlos de fronteiras entre os estados membros das Comunidades Europeias.
1991	O Conselho Europeu de Maastricht adota o Tratado da União Europeia, que estabelece as bases para uma política externa e de segurança comum, uma cooperação mais estreita nos domínios da justiça e dos assuntos internos e a criação de uma União Económica e Monetária, incluindo moeda única. A conjugação da cooperação intergovernamental nestes domínios com o sistema comunitário existente dá origem à União Europeia (UE). A CEE passa a chamar-se “Comunidade Europeia” (CE).
1992	É assinado, em Maastricht, o Tratado da União Europeia, que entra em vigor em 1º de novembro de 1993.
1993	É criado o mercado interno.
1994	São assinados, no Conselho Europeu de Corfu, os tratados de adesão à União Europeia da Áustria, da Finlândia, da Noruega e da Suécia.
1995	A Áustria, a Finlândia e a Suécia juntam-se à UE, que passa a ter 15 estados membros.
1997	O Conselho Europeu de Amsterdã adota um tratado que dá à União Europeia novas competências, o qual entraria em vigor em 1º de maio de 1999.
1998	Tem início o processo de adesão dos novos países candidatos, que abrange Chipre, Malta e 10 países da Europa Central e Oriental. O Conselho Europeu de Bruxelas decide que 11 Estados-Membros (Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Espanha) preenchem as condições necessárias para a adoção da moeda única

	em janeiro de 1999. A estes juntar-se-ia mais tarde a Grécia.
1999	As moedas de 11 estados membros são substituídas pelo euro.
2000	Em Nice, o Conselho Europeu chega a acordo sobre o texto de um novo Tratado, que reforma o sistema decisório da UE na perspectiva do alargamento. Os presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho Europeu e da Comissão Europeia proclamam a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.
2001	É assinado o Tratado de Nice, que entrou em vigor em 1 de fevereiro de 2003.
2002	Entrada em circulação das moedas e notas em euros. O Conselho Europeu de Copenhague decide que 10 dos países candidatos (Chipre, Malta, República Tcheca, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia e Eslovênia) poderiam aderir à UE em 1º de maio de 2004.
2004	Chipre, Malta, República Checa, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia aderem à União Europeia. Os 25 estados membros assinam um tratado que estabelece uma Constituição para a Europa.
2007	A Bulgária e a Romênia aderem à União Europeia, elevando o número de estados membros para 27. Os 27 estados membros da UE assinaram o Tratado de Lisboa, que modifica os tratados anteriores. O Tratado de Lisboa é ratificado por todos os países da UE antes de entrar em vigor a 1º de dezembro de 2009.
2013	A croácia passa a ser o 28º estado membro da UE.
2016	Em referendo, 51,9% dos participantes votam a favor da saída do Reino Unido da UE.
2017	O governo do Reino Unido invocou o artigo 50 do Tratado da União Europeia, que disciplina a retirada de um membro da UE.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1960	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Comunidade Europeia.
1980	Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia
1992	Acordo-Quadro de Cooperação, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho das Comunidades Europeias
1992	Acordo de Cooperação Institucional entre o Conselho Mercado Comum do Mercosul e a Comissão Europeia.
1995	Acordo-Quadro de Cooperação Inter-regional Mercosul-Comunidade Europeia.
2004	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e União Europeia.
2006	Visita ao Brasil do então presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso.

2007	Primeira Cúpula Brasil-União Europeia. Lançamento da Parceria Estratégica Brasil-UE.
2007	I Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia (2008-2011).
2008	Visita ao Brasil do então presidente do Conselho da União Europeia, Nicolas Sarkozy, e do então presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. II Cúpula Brasil-UE.
2009	Visita a Estocolmo, no contexto da então presidência sueca do Conselho da UE, do então presidente Luis Inácio Lula da Silva. III Cúpula Brasil-UE.
2010	Visita ao Brasil do então presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e do então presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. IV Cúpula Brasil-UE.
2011	Visita a Bruxelas da então presidente Dilma Rousseff. V Cúpula Brasil-UE.
2011	II Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia (2012-2014).
2013	Visita ao Brasil do então presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e do então presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. VI Cúpula Brasil-UE.
2014	Visita a Bruxelas da então presidente Dilma Rousseff. VII Cúpula Brasil-UE.
2017	Comunicado Conjunto Brasil-União Europeia – Dez anos da Parceria Estratégica
2017	Visita do ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira a Bruxelas, onde mantém encontros com o vice-presidente da Comissão Europeia e comissário para Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade, Jyrki Katainen, com a comissária de Comércio, Cecilia Malmström, com o presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, e com a alta representante para Relações Exteriores e Política de Segurança e vice-presidente da Comissão Europeia, Federica Mogherini.
2017	Renovação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica por período adicional de 5 anos
2017	Visita do Comissário para Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade, Jyrki Katainen, ao Brasil.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data	Entrada em vigor (data)	Publicação (D.O.U) (data)
Acordo sob Forma de Troca de Cartas entre a União Europeia e a República Federativa do Brasil, nos Termos do	25/11/2016	Em Vigor	29/06/2017

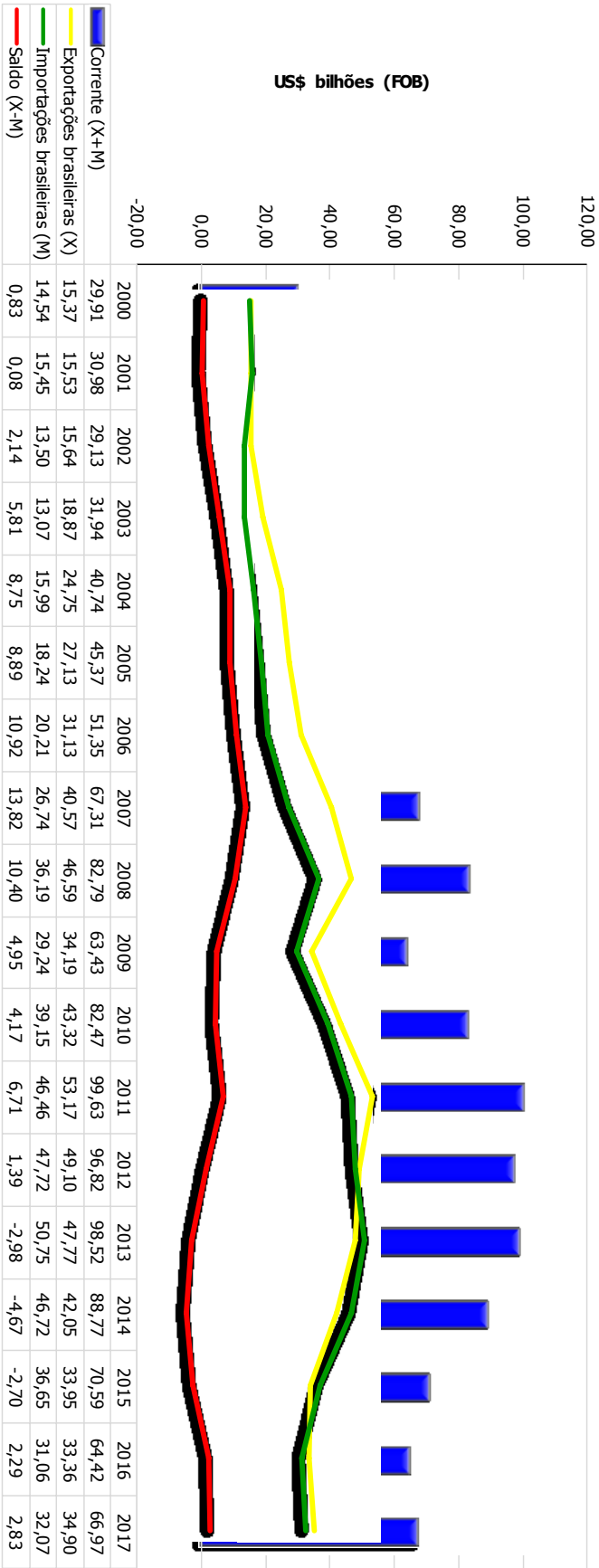
Artigo XXIV. n.º 6, e do Artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) de 1994, Relativo à Alteração de Concessões Previstas na Lista de Compromissos da República da Croácia, no Contexto da Adesão deste País à União Europeia			
Acordo sob forma de Troca de Cartas entre a União Europeia e a República Federativa do Brasil, nos Termos do Artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994, Relativo à Alteração das Concessões para Carne de Aves de Capoeira Transformada Previstas na lista da UE anexa ao GATT de 1994	26/06/2012	Em Vigor	-/-
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre a Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Serviço ou Oficiais	08/11/2010	Em Vigor	11/03/2011
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns	08/11/2010	Em Vigor	08/10/2012
Acordo Sobre a Segurança da Aviação Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia	14/07/2010	Em Vigor	21/12/2015
Acordo Entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia Sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos.	14/07/2010	Tramitação Congresso Nacional	-

Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia Relacionado à Modificação das Concessões nas Listas de Compromissos de República Checa, Estônia, Chipre, Letônia, Lituânia, Hungria, Malta, Polônia, Eslovênia e República Eslovaca, no âmbito da adesão desses 10 novos membros às Comunidades Europeias	18/12/2006	Em Vigor	-/-
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia	19/01/2004	Em Vigor	14/05/2007
Acordo-Quadro de Cooperação Financeira entre a República Federativa do Brasil e o Banco Europeu de Investimento	19/12/1994	Em Vigor	29/08/1995
Acordo Relativo a Compensações Devidas em Função de Alterações no Regime Comunitário sobre Oleaginosas.	31/01/1994	Em Vigor	-/-
Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia	29/06/1992	Em Vigor	29/11/1995
Acordo sobre Comércio de Produtos Têxteis entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia.	08/10/1985	Em Vigor	24/10/1986
Acordo sobre o Estabelecimento e os Privilégios e Imunidades da Delegação da Comissão das Comunidades Europeias no Brasil.	04/04/1984	Em Vigor	09/02/1989
Protocolo Adicional ao Acordo entre o Brasil e a CEE Relativo ao Comércio de Produtos Têxteis Decorrente da Adesão da Grécia às Comunidades Europeias.	01/12/1982	Em Vigor	22/12/1983

Acordo, por troca de Notas, Relativo aos Transportes Marítimos entre a República Federativa do Brasil e Comunidade Econômica Europeia.	18/09/1980	Em Vigor	25/05/1983
--	------------	----------	------------

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Comércio Brasil-União Europeia

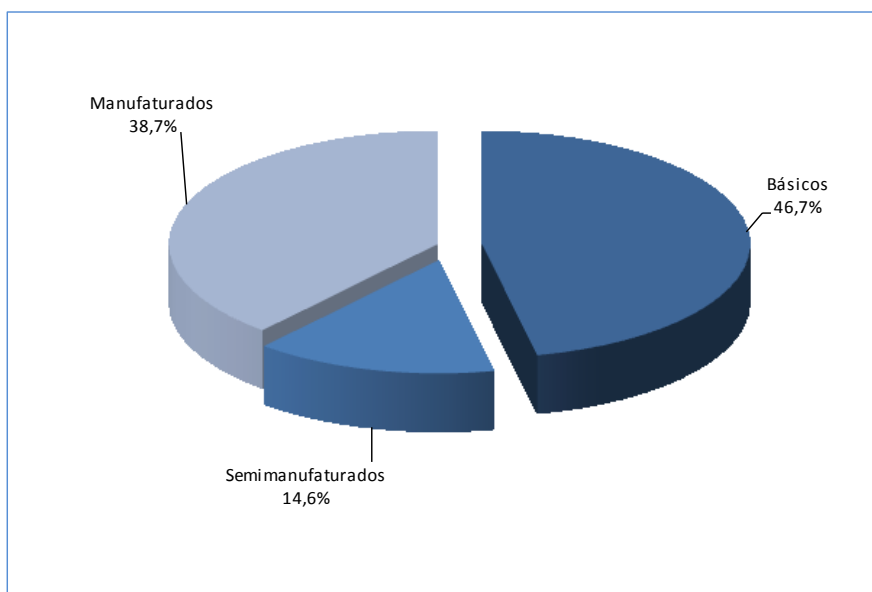


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

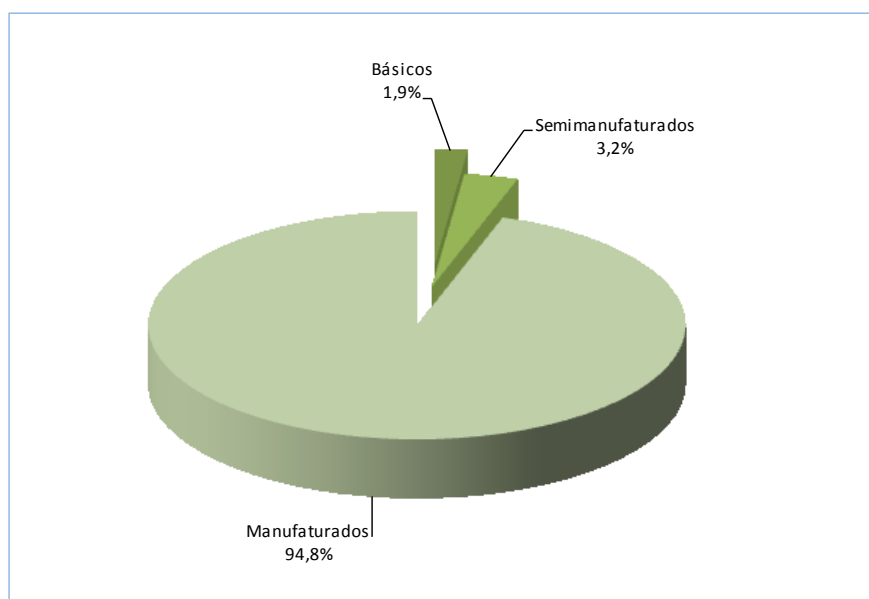
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	8,13	7,59	15,72	0,54
2018 (jan-mar)	11,19	8,38	19,57	2,81

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações

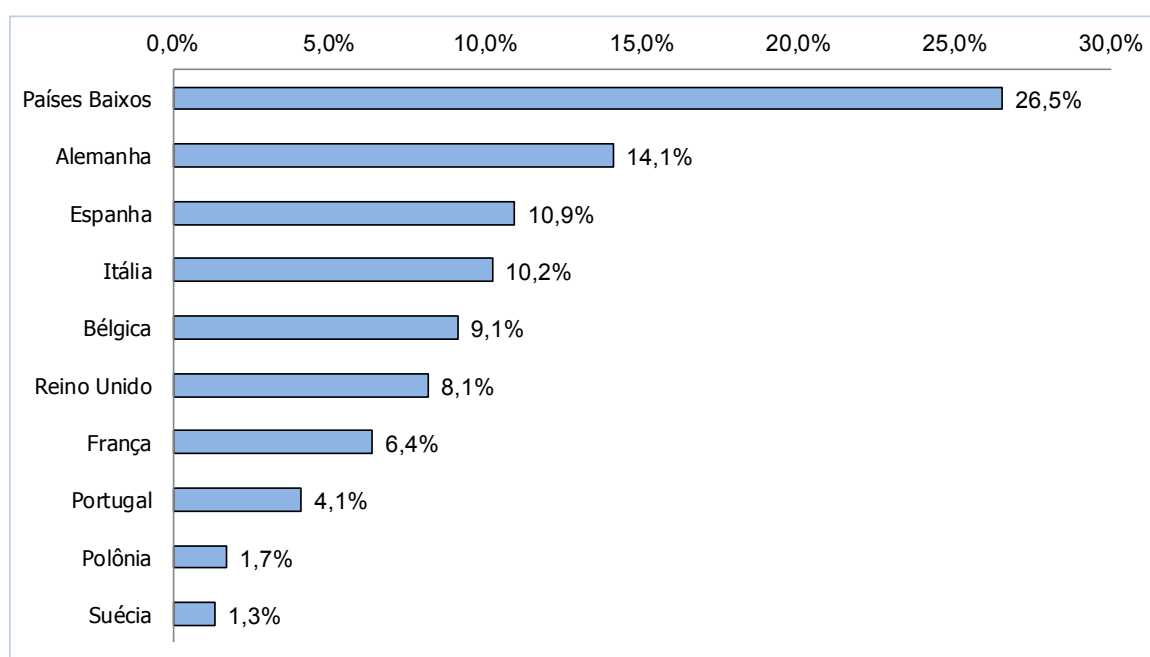


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Principais destinos das exportações brasileiras para a União Europeia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Países Baixos	9,25	26,5%
Alemanha	4,91	14,1%
Espanha	3,81	10,9%
Itália	3,56	10,2%
Bélgica	3,18	9,1%
Reino Unido	2,84	8,1%
França	2,22	6,4%
Portugal	1,43	4,1%
Polônia	0,60	1,7%
Suécia	0,47	1,3%
Subtotal	32,28	92,5%
Outros países	2,62	7,5%
Total	34,90	100,0%

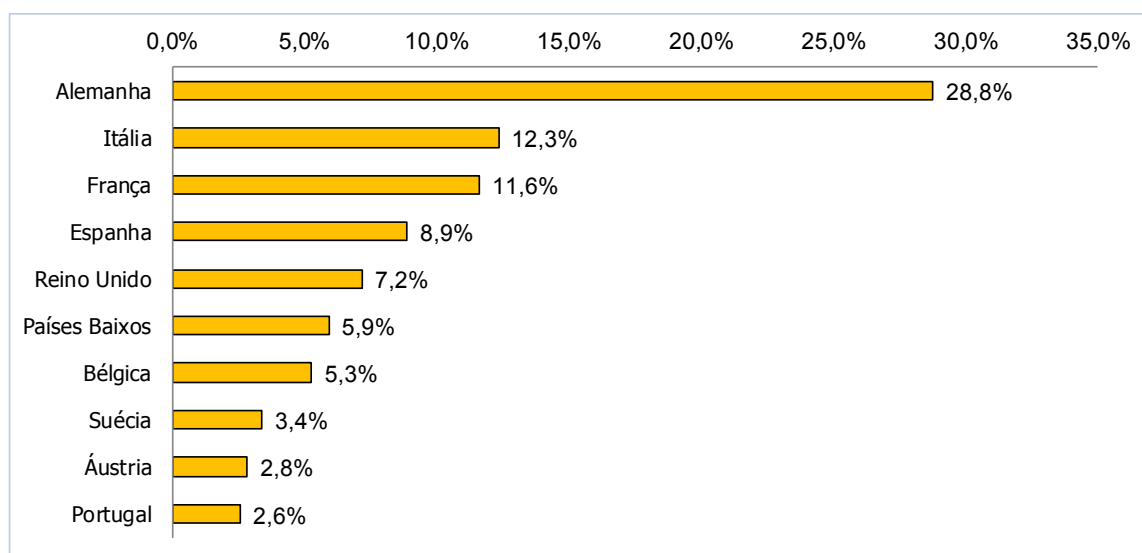
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.



Principais origens das importações brasileiras procedentes da União Europeia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	9,23	28,8%
Itália	3,96	12,3%
França	3,72	11,6%
Espanha	2,85	8,9%
Reino Unido	2,30	7,2%
Países Baixos	1,90	5,9%
Bélgica	1,69	5,3%
Suécia	1,09	3,4%
Áustria	0,91	2,8%
Portugal	0,83	2,6%
Subtotal	28,48	88,8%
Outros países	3,59	11,2%
Total	32,07	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

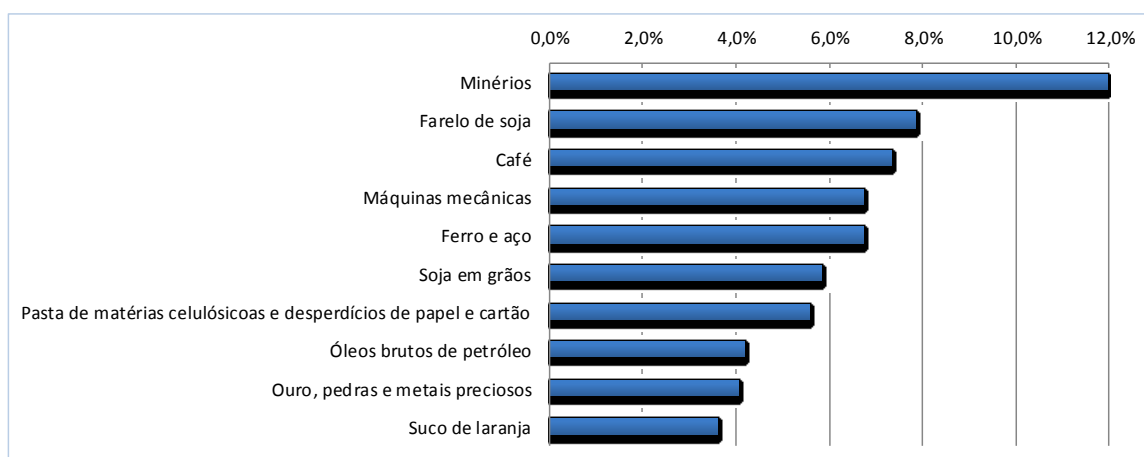


Composição das exportações brasileiras para a União Europeia (SH2 e SH4)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Minérios	3,54	10,4%	3,07	9,2%	4,17	12,0%
Farelo de soja	3,39	10,0%	2,97	8,9%	2,74	7,8%
Café	3,07	9,0%	2,74	8,2%	2,56	7,3%
Máquinas mecânicas	1,89	5,6%	2,02	6,1%	2,35	6,7%
Ferro e aço	1,79	5,3%	1,78	5,3%	2,35	6,7%
Soja em grãos	2,23	6,6%	2,03	6,1%	2,03	5,8%
Pasta de matérias celulósicas e desperdícios de papel e cartão	2,14	6,3%	1,83	5,5%	1,94	5,6%
Óleos brutos de petróleo	0,78	2,3%	0,86	2,6%	1,45	4,2%
Ouro, pedras e metais preciosos	0,95	2,8%	1,46	4,4%	1,41	4,0%
Suco de laranja	1,24	3,6%	1,23	3,7%	1,26	3,6%
Subtotal	21,01	61,9%	19,99	59,9%	22,26	63,8%
Outros	12,94	38,1%	13,37	40,1%	12,64	36,2%
Total	33,95	100,0%	33,36	100,0%	34,90	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

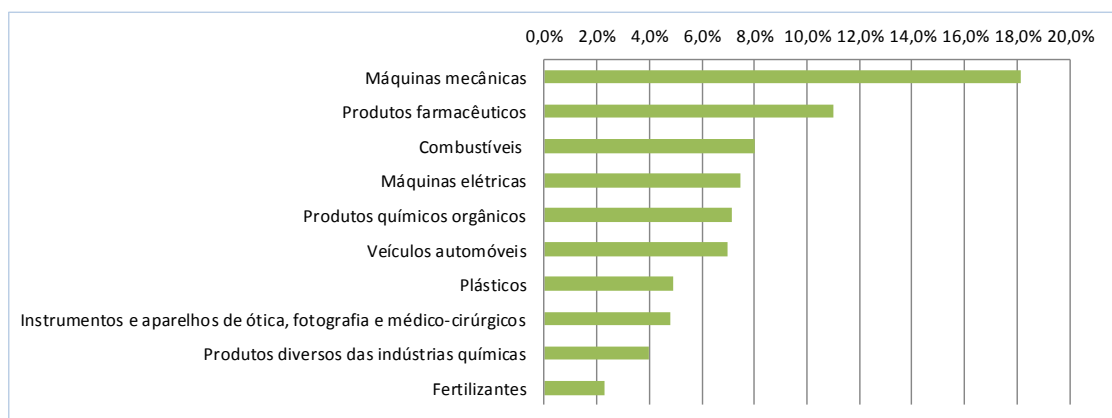


Composição das importações brasileiras originárias da União Europeia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	7,65	20,9%	6,74	21,7%	5,82	18,1%
Produtos farmacêuticos	3,41	9,3%	3,37	10,9%	3,53	11,0%
Combustíveis	1,98	5,4%	1,43	4,6%	2,57	8,0%
Máquinas elétricas	2,94	8,0%	2,35	7,6%	2,40	7,5%
Produtos químicos orgânicos	2,71	7,4%	2,41	7,7%	2,29	7,1%
Veículos automóveis	2,97	8,1%	2,33	7,5%	2,24	7,0%
Plásticos	1,63	4,4%	1,46	4,7%	1,58	4,9%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia e médico-cirúrgicos	1,73	4,7%	1,43	4,6%	1,53	4,8%
Produtos diversos das indústrias químicas	1,65	4,5%	1,28	4,1%	1,28	4,0%
Fertilizantes	0,86	2,3%	0,80	2,6%	0,73	2,3%
Subtotal	27,52	75,1%	23,59	76,0%	23,97	74,7%
Outros	9,13	24,9%	7,47	24,0%	8,10	25,3%
Total	36,65	100,0%	31,06	100,0%	32,07	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Barcos-faróis/guindastes/docas/diques flutuantes	0	0,0%	1.535	13,7%	Barcos-faróis/guindastes/docas/diques flutuantes 13,7%
Minérios	1.058	13,0%	1.130	10,1%	Minérios 10,1%
Combustíveis	501	6,2%	776	6,9%	Combustíveis 6,9%
Farelo de soja	667	8,2%	736	6,6%	Farelo de soja 6,6%
Pasta de matérias celulósicas e desperdícios de papel e cartão	411	5,1%	689	6,2%	Pasta de matérias celulósicas e desperdícios de papel e cartão 6,2%
Máquinas mecânicas	488	6,0%	664	5,9%	Máquinas mecânicas 5,9%
Café em grãos	692	8,5%	621	5,6%	Café em grãos 5,6%
Ferro e aço	594	7,3%	594	5,3%	Ferro e aço 5,3%
Soja	387	4,8%	541	4,8%	Soja 4,8%
Ouro, pedras e metais preciosos	289	3,6%	363	3,2%	Ouro, pedras e metais preciosos 3,2%
Subtotal	5.087	62,6%	7.649	68,4%	
Outros	3.043	37,4%	3.541	31,6%	
Total	8.130	100,0%	11.189	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Máquinas mecânicas	1.509	19,9%	1.527	18,2%	Máquinas mecânicas 18,2%
Produtos farmacêuticos	849	11,2%	933	11,1%	Produtos farmacêuticos 11,1%
Veículos automóveis	525	6,9%	669	8,0%	Veículos automóveis 8,0%
Combustíveis	642	8,5%	647	7,7%	Combustíveis 7,7%
Máquinas elétricas	631	8,3%	611	7,3%	Máquinas elétricas 7,3%
Produtos químicos orgânicos	483	6,4%	524	6,2%	Produtos químicos orgânicos 6,2%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia e médico-cirúrgicos	337	4,4%	441	5,3%	Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia e médico-cirúrgicos 5,3%
Plásticos	373	4,9%	440	5,2%	Plásticos 5,2%
Obras de ferro ou aço	175	2,3%	241	2,9%	Obras de ferro ou aço 2,9%
Produtos diversos das indústrias químicas	187	2,5%	234	2,8%	Produtos diversos das indústrias químicas 2,8%
Subtotal	5.711	75,2%	6.265	74,7%	
Outros produtos	1.879	24,8%	2.118	25,3%	
Total	7.590	100,0%	8.383	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.